

O tempo das greves em Santa Catarina (1985-1995)

Geovanni Rocha Junior¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo identificar as representações sociais formuladas em torno das relações de trabalho em Santa Catarina, entre 1985 e 1995, a partir do jornal *Diário Catarinense*. As narrativas que circularam no periódico tiveram relevância no sentido de acomodar conflitos e de reafirmar as projeções feitas por entidades empresariais e integrantes do governo catarinense, sobretudo para delimitar as relações de trabalho aos padrões do chamado novo capitalismo. A linha editorial do *Diário Catarinense* manifestou uma plataforma discursiva que almejava flexibilizar as leis trabalhistas, apostando na crítica à CLT. Na tentativa de sustentar o argumento apresentado, será destacado a cobertura do veículo de comunicação no ciclo de greves que ganhou consistência na segunda metade da década de 1980, quando as demandas das classes trabalhadoras organizadas em sindicatos estiveram na ordem do dia.

Palavras-chave: Greves; Imprensa; Democracia; História do Tempo Presente.

The time of strikes in Santa Catarina (1985-1995)

Abstract: This article aims to present a historical interpretation of the social representations formulated around labor relations in Santa Catarina, between 1985 and 1995, based on the newspaper *Diário Catarinense*. It is understood that the narratives that circulated in the periodical were relevant in terms of accommodating conflicts and reaffirming the projections made by business entities and members of the Santa Catarina government, especially to bound working relationships to the cultural standards of the so-called “new capitalism”. Already in its first editions, the editorial line of *Diário Catarinense* manifested a platform that aimed to make labor laws more flexible, and for that reason it bet on the fervent criticism of the CLT. In an attempt to support the presented argument, the coverage of the communication vehicle in the cycle of strikes that gained consistency in the second half of the 1980s, when the demands of the working classes organized in unions were the order of the day, will be highlighted.

Keywords: Strikes; Press; Democracy; Present Time History.

Artigo recebido em 17/01/2021 e aprovado em 29/11/2021.

Introdução

Em maio de 1986, o *Diário Catarinense* entrou em circulação no mercado de impressos em Santa Catarina. A empresa de jornalismo apresentou um projeto gráfico arrojado, mas além disso projetou para o país o início de um novo tempo com o protagonismo da livre iniciativa privada, que deveria acompanhar os ventos democráticos da Nova República. No que diz respeito às relações de trabalho, logo em suas primeiras edições, a linha editorial do jornal sugeriu mudanças. Dentro de tal perspectiva, o sindicalismo brasileiro, por exemplo, deveria deixar para trás o legado dos governos varguistas de tutela e paternalismo. Esse discurso abriu a possibilidade para a defesa das ideias de flexibilização nos mundos do trabalho. Tal prerrogativa, porém, dividiu espaço nas páginas do periódico com a mobilização de setores das classes trabalhadoras organizadas que ocupavam as ruas requerendo reposição salarial frente à instabilidade econômica da década de 1980.

O *Diário Catarinense* era ligado ao grupo Rede Brasil Sul, que já atuava no estado há quase uma década com emissoras de rádio e um canal de televisão. Santa Catarina dispunha de 72 veículos impressos quando o produto da RBS foi lançado. Destes, três jornais de circulação diária ocupavam posição de destaque: *O Estado*, *A Notícia* e o *Jornal de Santa Catarina*. Todos os jornais “possuíam atuação regionalizada, cada qual em uma bolha mercadológica claramente definida”.^{II} Almejando preencher o vazio proporcionado pela falta de um periódico de circulação abrangente, o *DC* foi projetado para completar essa lacuna. Em proposta ambiciosa, o *Diário* aspirava incorporar o que havia “de mais moderno na indústria mundial da comunicação impressa”, alegando se tratar do “primeiro jornal do Brasil no qual os textos jornalísticos, editoriais e comerciais” seriam “inteiramente processados em computadores” que interligavam “instantaneamente suas seis sedes regionais”.^{III}

A inserção do grupo RBS em Santa Catarina aconteceu por intermédio da Televisão em 1979, com “a implantação da TV Catarinense, canal 12, na cidade de Florianópolis”. Segundo Golembiewski, “o grupo gaúcho teve o apoio dos militares, da Rede Globo e do ex-governador Antônio Carlos Konder Reis, que não vetou o nome da empresa, ainda que ela estivesse disputando a concessão do canal com dois grupos catarinenses”.^{IV} Um desses grupos concorrentes era composto por Aderbal Ramos da Silva e José Matusalém Comelli, diretor do jornal *O Estado*. O outro grupo era representado pelo “empresário Mário Petrelli, que havia adquirido uma emissora de rádio em Joinville e tinha o apoio da família Bornhausen”.^V Em entrevista realizada em 2012, Petrelli afirmou que naquele período “nenhuma estação de rádio e televisão no Brasil foi concedida por leilão ou por licitação pecuniária”. Segundo o empresário, as concessões eram “dadas ao bel prazer pelo governo para aqueles que trabalhavam na área ou tinham alguma ligação, algum pedido”.^{VI} Para Giovanaz, “é provável que um jogo de interesses escusos em Brasília tenha influenciado na decisão de Antônio Carlos Konder Reis”. O autor argumenta que “Florianópolis era a única capital brasileira em que a Rede Globo não tinha liderança de audiência absoluta na metade da década de 1970, devido à instabilidade do sinal de sua retransmissora, a TV Coligadas, de Blumenau”. Dessa forma, “a Globo perdia em número de espectadores para a TV Cultura e, por isso, Roberto Marinho teria ainda mais interesse em garantir a entrada da RBS em Santa Catarina”.^{VII} O certo é que a empresa liderada por Maurício Sirotsky Sobrinho esteve comprometida com os grupos políticos conservadores de Santa Catarina, como nas eleições estaduais de 1982, quando a RBS nitidamente preferiu a candidatura de Esperidião Amin ao governo em detrimento do candidato do PMDB, Jaison Barreto. Ainda de acordo com Giovanaz, “os Sirotsky tornaram-se sócios das principais lideranças político-empresariais do estado, adquirindo um notório poder de influência no território catarinense nos anos derradeiros da ditadura militar”.^{VIII} O breve panorama

traçado acerca da criação do *Diário Catarinense* é fundamental para situar a construção de narrativas e representações sociais acerca das greves na Nova República, como veremos a seguir.

O início agitado da Nova República em Santa Catarina

Em outubro de 1985, a greve na Fundação Tupy, em Joinville, chegava ao fim. Os trabalhadores da maior produtora de ferro maleável da América Latina saíram vitoriosos do movimento. A greve na Fundação Tupy simboliza a abertura de um tempo de intensos conflitos trabalhistas em Santa Catarina.^{IX} Entre 1985 e 1995, as ruas de várias cidades foram ocupadas por trabalhadoras e trabalhadores que, ao reivindicarem melhores condições de trabalho, estabilidade no emprego e aumentos salariais, exerciam a sua cidadania. Apesar de Santa Catarina não ter uma tradição arraigada de contestação operária, muitas categorias acompanharam as movimentações grevistas no contexto da Nova República. Algumas greves, paralisações e passeatas continham caráter estritamente local, sendo resultado imediato dos interesses de cada categoria mobilizada, outras tantas estavam conectadas com as bandeiras de luta das centrais sindicais. Vamos tentar entender o que motivava os trabalhadores a ocupar os espaços públicos, assim como as representações sociais e as narrativas formuladas por meio da imprensa, que acompanhou de perto esses eventos.

Ao longo do século XX, os trabalhadores recorreram a modos de resistência para tentar alcançar direitos e melhorar as relações de trabalho às quais estavam submetidos. Não só a greve, mas outras formas de mobilização se caracterizaram como recursos disponíveis para se operar uma espécie de coerção ante as empresas e as autoridades governamentais. A opção pela greve implicava em colocar uma série de estratégias em cena e a pressionar temporariamente os patrões até o desfecho da situação. Segundo Marcel van der Linden, há vários formatos de greve: as que são exclusivamente políticas; as que servem para fins econômicos; e ainda os boicotes que visam paralisar a produção fabril. Sendo um ato coletivo, toda a ação requer o uso de pautas consistentes capazes de reavivar a identidade da categoria envolvida. Contam também os meios financeiros para sustentar o tempo de negociação com os empresários, bem como a coesão sindical. De acordo com Linden, tais movimentos mantêm relação direta com a esfera pública, o autor sugere que “caso consigam mobilizar um apoio significativo da opinião pública para sua campanha, os grevistas, direta e indiretamente, irão aumentar as pressões sobre o adversário”.^X A eficácia de qualquer greve, portanto, “não depende apenas das pressões imediatas colocadas sobre os empregados pelos grevistas”, mas também é salutar o envolvimento com “outros atores sociais”, como “o Estado, os capitalistas, os meios de comunicação, os partidos políticos, a população em geral e os consumidores”.^{XI} As notícias que circularam no *Diário Catarinense* entre 1985 e 1985 sobre os trabalhadores em movimento foram parte importante da aceitação ou da rejeição das demandas de cada categoria perante a sociedade, pois as greves devem ser analisadas como acontecimentos em que a própria narrativa dos jornais contribui para o desenrolar das tramas.

No Brasil os números são categóricos e comprovam que a partir de 1985 as greves aumentaram exponencialmente. Após esse ano o país passou a ocupar a lista de lugares com “maiores taxas de greves, particularmente em função dos conflitos da esfera pública”.^{XII} Segundo Eduardo Noronha, predominam duas correntes de análise que avaliam o ciclo de greves da segunda metade do século XX no Brasil. A primeira vertente conservadora impõe de forma pejorativa o termo “grevismo” a fim de classificar as mobilizações. Em tal tendência, os trabalhadores são percebidos apenas como massa de manobra de dirigentes políticos e de sindicatos, sendo desprovidos de qualquer tipo de agência para a organização de seus próprios interesses. A segunda vertente, por sua vez, enfatiza os desdobramentos econômicos com foco nas perdas salariais. No entanto, conforme aponta Noronha, as duas correntes detêm limites interpretativos, isso porque o

O TEMPO DAS GREVES EM SANTA CATARINA (1985-1995)

GEOVANNI ROCHA JUNIOR

aumento das greves no período em apreço tem motivações variadas. “Elas revelam um misto de demandas trabalhistas, descontentamento social ou político, explosão de demandas reprimidas durante os anos de autoritarismo e estratégia de consolidação de novas lideranças sindicais”.^{XIII} O autor argumenta que as greves da década de 1980 estão associadas ao processo de transição política da ditadura militar para o regime democrático, “à superação do modelo desenvolvimentista e a um ambiente macroeconômico excepcionalmente instável”.^{XIV} Se levarmos em conta um recorte temporal mais abrangente veremos um ciclo de mobilizações no Brasil a partir de 1978, que perdura, com maior ou menor intensidade, até o ano de 1998.

Entre a abolição da escravidão e o ano de 1977, teriam sido registradas oficialmente apenas 88 greves no Brasil. Um número muito pequeno se comparado com as estatísticas do grande ciclo de greves no país, que vai, segundo Noronha, de 1978 até 1998. A primeira metade da década de 1980, tempo de reorganização do sindicalismo, preparou o terreno para o grande impulso de greves na Nova República. As manifestações subiram de 214 para incríveis 1.102 atos contestatórios. Merece destaque também o conturbado mandato do presidente Fernando Collor, que enfrentou 1.126 paralisações. Nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso, o movimento sindical sofreu forte repressão, principalmente no episódio conhecido como a greve dos petroleiros de 1995. Após esse evento preponderou a tendência de estabilização do número de greves.^{XV}

Na segunda metade da década de 1980, as greves foram aplicadas com a intenção de assegurar ganhos reais para segmentos restritos das classes trabalhadoras que tinham a possibilidade de levar adiante suas próprias demandas. Curiosamente, a estreia de um novo veículo impresso, o *Diário Catarinense*, que começou a circular em Santa Catarina no mês de maio de 1986, coincidiu com a efervescência de vários movimentos contestatórios no estado. Imediatamente a empresa de jornalismo precisou noticiar a greve dos mineiros no sul do estado. Na edição do dia 14 de maio, o jornal anunciou: “Greves se alastram por todo o Estado”. “A paralisação de sete categorias pode parar Criciúma hoje, enquanto em várias outras cidades estouram novos movimentos reivindicatórios”, resumia o *DC*. O clima de tensão no sul de Santa Catarina ganhava proporções consideráveis. O processo que desencadeou a série de atos em maio de 1986, paralisando a cidade de Criciúma, contou com a articulação da Central Única dos Trabalhadores e com isso toda uma retórica proveniente de alguns setores empresariais entrou em cena. O empresário Aldo Apolinário João, da Indústria Calçadista Sincal, culpava os líderes sindicais afirmando que os operários estavam “sendo insuflados para aderir ao movimento, com reivindicações absurdas que não” poderiam “ser aceitas pela classe empresarial”.^{XVI} O dono da empresa Polar Way, Paulo Benedet, acusou pessoas estranhas de provocar tumultos durante a formação de piquetes. As greves, segundo ele, tinham respaldo “dos partidos políticos que perderam espaço e votos com o êxito do pacote econômico decretado pelo presidente Sarney”.^{XVII} A executiva estadual da CUT, por sua vez, admitia apoiar os movimentos grevistas em decorrência do Plano Cruzado, pois tais medidas causavam arrocho às classes trabalhadoras. Os sindicatos faziam a leitura da situação e não vislumbravam conquistas salariais através da negociação sem a deflagração de greves, já que os patrões não estavam dispostos a dialogar. O resultado das manifestações do sul de Santa Catarina era avaliado positivamente pelos sindicalistas e mostrava que naquela região havia uma mínima coesão para a luta e a reivindicação de direitos.

Fazendo valer as acusações dos empresários, o presidente nacional da CUT, Jair Meneguelli, esteve na sede do Sindicato dos Vestuaristas, em Criciúma, e confirmou a coordenação das greves no sul catarinense, mas repudiou quem classificava as paralisações como um movimento político: “é claro que toda greve é política, mas isso não quer dizer que se trate de política partidária. É preciso saber separar as coisas”, argumentava.^{XVIII} O presidente da CUT frisou que “os trabalhadores” pediam “o mínimo” e que ninguém queria “se locomover de helicóptero”, como faziam “muitos empresários de Santa Catarina”. Nas palavras de Meneguelli, os trabalhadores

O TEMPO DAS GREVES EM SANTA CATARINA (1985-1995)

GEOVANNI ROCHA JUNIOR

postulavam “condições de vida dignas para a sua família, nada mais”.^{XIX} Todavia, nos locais de trabalho, as hostilidades seguiam com ameaças de demissão e agressões. “Na indústria de calçados Stampa, os grevistas informaram que o encarregado geral da empresa, de nome José Klaug Gutierrez, jogou um pedaço de tábua contra os piqueteiros, atingindo um funcionário da empresa”. Na fábrica de calçados Cacril, sucedeu uma tremenda briga. Segundo o relato de “um dos diretores da companhia, Luiz Paulo Zanatta, o grevista João Medeiros ‘apanhou porque bateu num funcionário da empresa, que reagiu’. Os grevistas relataram outra versão, segundo eles “o tumulto começou por culpa dos funcionários da empresa, que teriam agredido João Medeiros e o padre Pedro Damázio, da Pastoral Operária”.^{XX} Os relatos fragmentados e incertos confirmam que as narrativas e as representações sociais desenvolvidas na cobertura desses eventos evocam a efervescência dos conflitos trabalhistas da Nova República em Santa Catarina.

Movimentações de menor expressão protagonizadas por categorias cujos sindicatos não possuíam um histórico de contestação também foram registradas, como as greves da Casan,^{XXI} da Celesc^{XXII} e dos vigilantes e guardas dos bancos estaduais.^{XXIII} Em nenhum dos casos citados anteriormente o veículo impresso fez algum tipo de julgamento direto, se colocando a favor ou contra os episódios narrados. Alertava-se, em raras notas no editorial, para o impacto das greves sobre o planejamento do governo José Sarney na estabilização da economia brasileira. Entre 1985 e 1995, havia um ímpeto participativo dos sindicatos na vida política do país, capaz de mobilizar importantes camadas da sociedade, talvez tenha sido a “década de ouro” do sindicalismo brasileiro. As greves, portanto, surgiram como uma forma autêntica para a abertura de negociações, permitindo aos trabalhadores organizados a exposição de suas necessidades na esfera pública. Apesar disso, os movimentos foram marcados por avanços e recuos, algumas categorias atingiram as metas projetadas com a interrupção do trabalho, outras finalizavam a paralisação sem ter nenhum benefício auferido.

Enquanto a linha de opinião da empresa de jornalismo indicava a defesa de balizas flexíveis para as relações de trabalho, a ocorrência dos movimentos grevistas revelava o clamor dos trabalhadores não só por reposição salarial, mas também por estabilidade no emprego. A intensidade dos protestos e a quantidade de paralisações fez com que o *Diário Catarinense* produzisse narrativas para acomodar os conflitos trabalhistas em curso, formulando, assim, uma série de sentidos acerca dos fatos que eram redigidos. Se as greves locais ocupavam pouco espaço nos editoriais, os grandes movimentos nacionais repercutiam de forma incisiva na coluna de opinião do impresso catarinense. Em dezembro de 1986, a descrença no Plano Cruzado II uniu as centrais sindicais do país, o que levou a convocação de uma mobilização nacional. A cúpula sindical fechou posição contra “o desrespeito à democracia e ao povo e a inaceitável submissão do Governo aos banqueiros internacionais, nacionais, latifundiários e grandes grupos econômicos”. As centrais acusavam a imprensa de omissão por ela não divulgar a verdadeira situação da economia brasileira. Sob outra perspectiva, o *DC* repudiou “a greve incongruente” organizada por motivações políticas e sem a aprovação da opinião pública. No parecer do jornal, fica explícito o ataque às lideranças dos sindicatos, pois supostamente a ação desses atores colocaria em risco a estabilidade democrática do país.^{XXIV}

Em alguns casos o posicionamento da linha editorial variava. Em maio de 1987, o funcionalismo público deflagrou uma greve de grandes proporções em Santa Catarina, suscitando em alguns momentos a repressão policial. Tudo começou quando os servidores estaduais da educação decidiram rejeitar a proposta do governador Pedro Ivo Campos de abono salarial, que não era condizente com a elevada taxa de inflação do período. A paralisação por tempo indeterminado foi aclamada com os profissionais requisitando a execução da lei do gatilho salarial, a implementação do plano de carreira no magistério, a estabilidade no emprego e a efetivação do Plano Estadual de Educação. De acordo com Ana Aquini, presidente da Alisc, a isenção do ICM

O TEMPO DAS GREVES EM SANTA CATARINA (1985-1995)

GEOVANNI ROCHA JUNIOR

para os empresários impedia o investimento da administração governamental em outras áreas: “se essas empresas pagassem os impostos, o Estado teria condições financeiras de cumprir suas obrigações com os servidores e também conseguiria investir na educação, saúde e habitação”, referendava.^{XXV} No segundo dia de greve, os servidores tentaram ocupar a Praça Tancredo Neves a fim de protestar contra o governador, porém ordens vindas diretamente do Palácio coibiram a presença dos grevistas neste espaço.^{XXVI} Munidos de escudos e cassetetes, os policiais reprimiram os manifestantes. Intransigente, Pedro Ivo Campos taxou os trabalhadores de “baderneiros e profissionais da agitação” insuflados pela CUT. O governador indeferiu qualquer possibilidade de negociação, pois, segundo ele, o Estado não contava com recursos para oferecer ao funcionalismo.^{XXVII}

No 18º dia de greve, em 11 de junho, o *DC* publicou aquela que teria sido “a maior manifestação dos servidores na história da vida pública estadual”. Por volta de 15 mil pessoas estiveram reunidas em frente ao Palácio Santa Catarina e na Praça Tancredo Neves, no centro de Florianópolis, para pressionar o governo. Muitas comitivas vindas de outros municípios agitaram a cidade logo pela manhã. Às 16h uma longa marcha percorreu as ruas Tiradentes, Praça 15, Tenente Silveira, Álvaro de Carvalho e Felipe Schmidt. “Só para se ter uma ideia, as primeiras pessoas já retornavam ao Palácio, quando haviam grevistas que ainda não tinham saído” do local. O presidente da Federação dos Servidores, em entrevista, contrariava a afirmação de Pedro Ivo Campos sobre a impossibilidade de o Estado pagar o gatilho salarial. As perdas da categoria, no mês de março, chegaram a 131%.^{XXVIII} O impacto da grande manifestação ecoou na linha editorial do *Diário Catarinense*, demonstrando que os servidores adquiriram um certo prestígio e a aceitação na esfera pública. O jornal reconheceu a legitimidade da principal pauta requerida:

A manifestação organizada pelos servidores públicos em Florianópolis, na tarde de quinta-feira, foi prova definitiva e incontestável de que a categoria está mobilizada e de que o movimento, ao contrário do que, até dias atrás, diziam as autoridades, não se acha circunscrito apenas a alguns de seus segmentos. Foi a maior manifestação de rua já promovida em Santa Catarina nos últimos tempos. Quando mais de 15 mil pessoas dispõem-se a participar de um protesto organizado, não o fazem movidas simplesmente por motivações secundárias, mas estão lutando por uma causa que lhes é vital. A expressiva manifestação de quinta-feira, ordeira e pacífica, atestou a urgência de ambas as partes – servidores e Governo – desarmarem os espíritos e voltarem à mesa de negociações, eis que está provado que, agora, não há qualquer outra saída para o impasse. Diversas vezes temos afirmado que a greve, embora direito legítimo dos trabalhadores e preceito indispensável a qualquer legislação democrática, é recurso extremo, que só deve ser acionado quando tenham falhado todos os demais meios suasórios. No caso dos servidores – cabe também lembrar, uma vez mais -, a greve é proibida por dispositivo constitucional. Mas estamos diante de uma situação de fato, situação compreensível diante do aviltamento salarial da categoria que sofreu perdas superiores a 100% de poder aquisitivo, em poucos meses, por conta da voragem inflacionária.^{XXIX}

A forma ordeira e pacífica da manifestação se enquadrava nos limites impreteríveis exigidos pela empresa de jornalismo para o desenrolar de uma greve, mas as negociações entre grevistas e governo não avançavam. Quando se completou um mês e sete dias de paralisação, uma nova onda de protestos tomou as ruas de Florianópolis. O comando de greve acreditava que a passeata desse dia havia superado a que fora realizada em 11 de junho. Bandeiras, faixas, apitos e cantos circulavam nas ruas da capital catarinense. Uma chuva de papel picado foi jogada dos edifícios e os populares solidarizavam-se com o ato dos grevistas, cenário que diferia muito do início das mobilizações, quando policiais reprimiram professores na Praça Tancredo Neves. Nesse meio tempo, parlamentares e representantes da categoria buscavam uma nova audiência com o governador.^{XXX} Contudo, somente em 17 de julho, após 54 dias, que a greve foi encerrada.^{XXXI} O

O TEMPO DAS GREVES EM SANTA CATARINA (1985-1995)

GEOVANNI ROCHA JUNIOR

desgaste provocado com o passar do tempo resultou no esvaziamento do movimento, somado a isso a aprovação de um projeto de anistia votado na assembleia legislativa selou o fim da paralisação. Na análise de Ana Aquini, “o movimento saiu vitorioso porque sem a luta o Governo teria pago o abono salarial e o gatilho teria ido para o espaço”. Entre perdas e ganhos, foram cumpridos “57,66% referente aos gatilhos de abril e maio, através do decreto enviado pelo governador à Assembleia Legislativa”, “apesar de faltar os de março e abril”.^{XXXII} A grande marca do movimento talvez tenha sido a empatia despertada junto à população, sem tal fator a severidade do governo estadual e as críticas provenientes de uma veículos de comunicações que estavam propensos a defender os interesses empresariais teriam prevalecido.

A emblemática e movimentada década de 1980 caminhava para o seu final com mais um esforço do presidente José Sarney em tentar controlar a instabilidade econômica do país motivada por alarmantes índices inflacionários. Em janeiro de 1989, uma série de medidas foram lançadas pelo ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega. O Plano Verão, como ficou conhecido, representava a quarta deliberação do executivo para conter a inflação, pois os planos anteriores, Cruzado e Bresser, haviam fracassado. Mais uma vez, as classes trabalhadoras organizadas ficaram insatisfeitas com as consequências práticas das escolhas definidas através da equipe econômica do governo. Em meados de março, os sindicatos planejaram uma paralisação de dois dias contra o Plano Verão. Em Santa Catarina, a Polícia Militar esteve de prontidão para “garantir a segurança” de quem porventura optasse por ir trabalhar, mas o governador em exercício, Casildo Maldaner, recomendava a população não sair de casa devido ao clima de tensão. O presidente da Fiesc, Milton Fett, confiava que a greve seria parcial no estado, isso porque a mensagem a ser transmitida pelos grevistas era eminentemente política.^{XXXIII} Tratava-se da primeira greve geral sob a nova constituição, dessa forma o empresariado e as elites políticas catarinenses buscavam a qualquer custo esvaziar os atos contestatórios. As fontes indicam um relativo sucesso do movimento em algumas regiões do estado, com destaque para a cidade de Blumenau, onde uma vultuosa manifestação dos trabalhadores das indústrias têxteis aconteceu em paralelo.

Antes de ser deflagrada a greve geral contra o Plano Verão em Santa Catarina, os trabalhadores das indústrias têxteis de Blumenau paralisaram a cidade. O jornal *Diário Catarinense* assim informou seus leitores: “num movimento inédito, 20 mil têxteis fazem greve e têm adesão de outras categorias”. Cabe lembrar o papel da indústria têxtil no Vale do Itajaí. Cidades como Blumenau e Brusque cresceram acompanhadas dessa atividade, cujo início pode ser datado a partir da segunda metade do século XIX. As indústrias Hering, Karsten, Buettner e Carlos Renaux foram as que ganharam maior notoriedade no ramo. De acordo com Jinkings, uma característica importante desse tipo de indústria “era sua localização próxima a fontes de água, porque os teares eram movidos por força hidráulica”.^{XXXIV} No entanto, seguindo o argumento da autora, durante a década de 1990 constata-se o declínio das taxas de lucro das empresas atuantes na região e que possuíam grande relevância no mercado nacional. A abertura econômica brasileira provocou o acirramento da concorrência no setor, isso impôs às “empresas têxteis adotar novos padrões tecnológicos e organizacionais para se adequarem à competitividade internacional”. O processo de integração econômica global interferiu diretamente nas relações de trabalho e na própria ação sindical no setor têxtil catarinense.^{XXXV}

Na greve de 1989, os empresários da região endossaram um discurso voltado à edificação da imagem do “trabalhador ordeiro catarinense”, figura que buscava ressaltar um perfil afeito aos protestos e benevolente com os patrões. A realidade, porém, era outra e as negociações circunscritas ao movimento grevista de 1989 dos trabalhadores têxteis não resultaram em um desfecho plausível uma vez que os empregados requisitavam de início a reposição salarial de 87,6% para suprir as perdas que vinham se acumulando desde setembro do ano anterior. Na ocasião, o presidente do sindicato patronal, Ulrich Kuhn, afirmou: “as mesmas pessoas que têm interesse em desestabilizar o

O TEMPO DAS GREVES EM SANTA CATARINA (1985-1995)

GEOVANNI ROCHA JUNIOR

Brasil querem fazer o mesmo em Blumenau, que é o maior polo têxtil concentrado do País”. Em assembleia realizada no dia 13, nas escadarias da Igreja Matriz e na Rua 15 de Novembro, “aproximadamente 20 mil operários do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Fiação e Tecelagem resolveram continuar a greve”.^{XXXVI} O jornal impresso apontava a importância da atividade produtiva na cidade, pois os têxteis correspondiam a “40% da população economicamente ativa do município com 30 mil trabalhadores”, que estavam “fazendo um movimento histórico” porque até então não havia registros de uma greve com tamanha proporção.

A estratégia usada pela classe empresarial aspirava desestabilizar o movimento. Em primeiro lugar, os mandatários anunciavam na imprensa a baixa adesão à greve e a volta de “grande” contingente de assalariados ao trabalho, porém tal informação não era verdadeira. Os empresários também prometiam conceder bônus para quem retornasse às fábricas e abandonasse a paralisação. Ulrich Kuhn, pressionava os sindicatos ao estipular que abriria conversas somente quando os expedientes estivessem dentro da normalidade. Em 17 de março, efetuou-se uma série de cadastramentos no ginásio de esportes Humberto de Campos, muitas pessoas desempregadas se candidataram a “uma vaga nas mais de 25 indústrias de fiação e tecelagem” para substituir os grevistas.^{XXXVII} Em meio a tanta pressão e ameaça de demissão, o presidente do sindicato da categoria, Osmar Zimmermann, tentava transmitir aos trabalhadores a importância de não se praticar atos de violência, para que o movimento não fosse classificado como de “baderneiros” na opinião pública. O representante da categoria retrucou as afirmações do patronato local ao reafirmar a força da greve, que contava com aproximadamente 95% de adesão. Zimmermann insistia na conscientização dos operários, frisando que a vitória só poderia ser obtida através da coesão. Lideranças sindicais do estado deslocaram-se para Blumenau a fim de acompanhar de perto a mobilização dos trabalhadores têxteis. Figuras como Idemar Martine, presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Santa Catarina; Jorge Lorenzetti e Ineir Mipmann, respectivamente diretor nacional e presidente da Central Única dos Trabalhadores de Santa Catarina, solidarizaram-se com a entidade local. Em entrevista ao *Diário Catarinense*, Idemar Martine disse que os têxteis “assumiram seu papel dentro da nova realidade nacional, isso sem falar que” estavam “escrevendo novo capítulo na história sindical catarinense”. O desfecho da greve favoreceu os trabalhadores e no dia 21 de março cerca de 15 mil operários aceitaram em assembleia a proposta das empresas.^{XXXVIII}

A decisão decorreu da postura mais flexível dos empresários que concederam “35% de adiantamento no salário de abril e 5,18% no de maio, entre outras vantagens”. Segundo Ulrich Kuhn, o acordo foi “economicamente penoso” para os patrões. Por outro lado, Iracema Gayo, secretária do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Fiação e Tecelagem, resumiu da seguinte maneira o fim da greve: “este foi o início do despertar da consciência de classe no trabalhador de Blumenau”.^{XXXIX} A unidade da mobilização colocou em dúvida por um instante o imaginário do “trabalhador ordeiro” da cidade, tão comumente veiculado nos meios de comunicação e proferido pelas elites políticas e econômicas de Santa Catarina.

No quadro histórico analisado, a Nova República em Santa Catarina acompanhou o caráter extremamente conflitivo das relações entre capital e trabalho que ocorriam no Brasil de modo geral. Tal fator abarcava a reorganização do sindicalismo, bem como a instabilidade econômica na qual o país atravessava durante a década de 1980. Conforme defende Noronha, “o processo de democratização permitiu a expressão de demandas trabalhistas, mas manteve a greve como o único meio eficiente para as conquistas dos trabalhadores”.^{XL} É preciso reconhecer que a grande maioria de trabalhadoras e trabalhadores, devido aos vínculos informais de trabalho, não conseguiam recorrer aos atos grevistas para reivindicar seus direitos. Não se pode, no entanto, negligenciar a busca dos trabalhadores por estabilidade, pois lutar pelas reposições salariais era uma forma de enfrentar as variações dos preços no cotidiano. A grande imprensa tratou de questionar a legitimidade das greves, principalmente as de âmbito nacional, condenando o que denunciava como

O TEMPO DAS GREVES EM SANTA CATARINA (1985-1995)

GEOVANNI ROCHA JUNIOR

o “grevismo” que eclodia no limiar da nova vigência democrática no país. Logo após a greve geral contra o Plano Verão, o *Diário Catarinense* fez um apanhado das mobilizações sucedidas em lugares como Recife, Minas Gerais, Salvador e Rio Grande do Sul com o propósito de ressaltar os prejuízos causados pelos grevistas ao restante da população durante as mobilizações. O jornal cobrava uma postura ativa dos parlamentares a respeito das greves, já que dentro de tal narrativa elas estariam colocando em risco o equilíbrio econômico, prejudicando inclusive as medidas de combate à inflação. O que fica latente no seguinte trecho retirado de um editorial:

É espantosa a irresponsável facilidade com que se ferem de paralisia atividades vitais neste País. Apenas no primeiro dia da parada dos motoristas e cobradores de ônibus do Grande Recife, perto de 1,4 milhão de passageiros ficaram sem transporte coletivo. Em Salvador, os 22 mil funcionários da Prefeitura, que também cruzaram os braços, deixaram uma capital sujeita a grandes inundações, já que o período chuvoso começou no último fim de semana e não há sequer pessoal disponível para a limpeza dos bueiros e canais que dão vazão às águas. E, em Minas Gerais, teimam os metalúrgicos em manter a ocupação da usina da Mannesmann, inclusive com a ameaça de explodir o alto-forno. No vizinho Rio Grande do Sul, a partir da noite de segunda-feira, funcionários da Companhia Estadual de Energia Elétrica ameaçaram com um colapso total do abastecimento de um serviço público essencial que também iria trazer inúmeros transtornos a muitos catarinenses. Mesmo que um acordo haja evitado a continuidade da greve decretada por aquela categoria, que reúne 11 mil servidores, dezenas de milhões de cidadãos estiveram a ponto de ser ver privados, por tempo incerto e não sabido, de uma prestação de serviço vital, cuja falta não se mede tão só pelos eventuais contratemplos causados a pessoas alheias à mobilização classista, ou a instituições, como hospitais, que não podem prescindir de energia, mas pelos prejuízos a que se expôs toda a economia de uma vasta região.

Tudo isso se sucede nem decorrida uma semana da greve que a CUT e a CGT pretendiam fosse geral, mas que, mesmo parcial e forçada pela violência dos piquetes, a condescendência de alguns prefeitos e o decisivo auxílio das empresas de transporte, não deixou de acarretar sérios danos ao País, além de contratemplos aos trabalhadores que não comungavam com a pregação radical daquelas centrais sindicais. Em verdade, estamos diante de uma perigosa escalada do grevismo, que, mais do que tudo, poderá torpedear os esforços governamentais em busca de estabilidade econômica e da derrota da inflação.^{XLI}

O jornal se encarregou de fazer uma síntese das greves que intercorriam em várias cidades do país justamente para ressaltar os prejuízos causados pelas paralisações aos demais setores da sociedade que, segundo tal perspectiva, não compactuavam com o “radicalismo” das centrais sindicais. De acordo com o editorial, a greve contra o Plano Verão não foi geral e contou com a anuência de alguns prefeitos. Desse modo, o termo “grevismo” foi uma das principais expressões utilizadas pela imprensa para classificar a ação de sindicatos durante o período. A palavra está associada a muitos outros elementos: praticar o “grevismo”, quase que de forma redundante, correspondia a integrar um movimento de “baderneiros” e “arruaceiros”, de estar submetido ao comando de líderes sindicais cuja postura não era nenhum pouco compatível com os valores projetados pelo veículo de comunicação para a Nova República. Seriam estes os atores a liderar motins nas portas das fábricas e de formar piquetes para impedir que outros trabalhadores conseguissem dar conta de seus expedientes. Enquanto a ocorrência das greves locais não estimulava uma posição contrária em editorial,^{XLII} os movimentos de alcance nacional, organizados por entidades como a Central Única dos Trabalhadores, suscitavam o repertório fundamentado na lógica do “grevismo”. Assim, entrava em jogo no debate público um conjunto de premissas sublinhando a questionável ideia de que os sindicatos tinham pouco apreço às regras democráticas.

Para os trabalhadores organizados em sindicatos, competir no plano discursivo com a influência que os empresários detinham perante os meios de comunicação consistia em uma tarefa árdua. A lógica do “grevismo inconsequente”, enquanto narrativa, foi muito importante para eleger

O TEMPO DAS GREVES EM SANTA CATARINA (1985-1995)

GEOVANNI ROCHA JUNIOR

Fernando Collor no pleito presidencial de 1989.^{XLIII} A maneira como a imagem do então candidato do PRN foi construída veio a calhar com alguns pontos do projeto de país defendido pelo *Diário Catarinense*. Do outro lado da disputa, no segundo turno, estava o representante desse momento de efervescência dos conflitos trabalhistas, o candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva. De imediato se associou ao petista noções pejorativas que faziam parte da lógica narrativa do “grevismo”: Lula poderia trazer a instabilidade política ao país e agravar ainda mais a situação econômica.

Por meio das representações sociais e dos discursos formulados nas páginas do *Diário Catarinense*, cujo objetivo era acomodar um enredo sobre os conflitos trabalhistas vigentes no contexto dos anos de 1980, estava um projeto de país amparado no que viria a ser chamado de neoliberalismo,^{XLIV} no qual ganhava proeminência o papel da livre iniciativa privada. As projeções para se alterar as relações de trabalho passavam por dois fatores. Em primeiro lugar, as greves e o ímpeto da forte atuação dos sindicatos deveriam ser contidos. Consequentemente, seria imprescindível modificar a CLT, adequando-a para um novo tempo, ao tempo da Nova República. Setores da imprensa, como o *Diário Catarinense*, agiram como porta-voz na disseminação dessas ideias. Tal demanda agradava a empresa de comunicação, pois isso traria benefícios aos empregadores, e, por conseguinte, reduziria os proveitos conquistados pelas classes trabalhadoras. Algumas notícias comprovam a tendência em tela.

Em junho de 1987, o *DC* publicou o editorial “*Sem os vícios do paternalismo*”, que manifestava a expectativa pela aprovação da nova legislação sindical enviada ao Congresso. Segundo o resumo do texto, “o projeto da nova lei sindical segue a mais moderna e democrática inspiração, dando novo rumo às organizações”. O projeto redigido por Saulo Ramos, consultor geral da República, baseava-se na Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), aprovada no ano de 1949. Caso fosse acatado, o projeto vedaria o imposto sindical e separaria as entidades classista do Estado. Assim anunciava o impresso catarinense:

A inspiração da proposta é nitidamente libertária, e por isso mesmo já começou a receber duras críticas das centrais sindicais, certamente temerosas de que seus poderes e privilégios possam ser contestados pelas bases com mais facilidade, eis que o projeto permite também a organização de mais de uma entidade de categoria na mesma base territorial.

Um sindicalismo forte e autêntico, liberto de toda e qualquer ingerência do Estado, exercendo essa liberdade de acordo com a lei, tanto é fator de vitalidade para qualquer regime que se pretenda democrático quanto é instrumento mais eficiente para a defesa dos direitos e reivindicações das classes assalariadas. A intromissão do Estado nos assuntos sindicais caracterizou sempre regimes ditatoriais ou pseudamente democráticos. Assim foi na Itália fascista, na Alemanha nazista e no Brasil estadonovista, entre outros exemplos, onde os sindicatos foram utilizados como massa de manobra para governos autoritários. A quase unanimidade das nações democráticas segue a orientação da Convenção 87 da OIT. Em boa hora, impulsionado pelos anseios de consolidar nosso novo regime democrático, o Brasil decide trilhar o mesmo caminho. [...]

O projeto que chegou ontem ao Congresso Nacional prevê que as greves só poderão ser decretadas com base na votação de 50% dos filiados e fica proibida a votação por aclamação, devendo os votos serem contados individualmente. Impede-se assim a decretação de greves por obra e graça de uma minoria ativista e ruidosa, muitas vezes contra os desejos da maioria [...]. O grevismo inconsequente, que muito pouco tem a ver com os reais interesses dos trabalhadores, causa pesados prejuízos à econômica nacional. Espera-se agora que o Congresso Nacional preserve a essência da lei, cuja inspiração é moderna e democrática, podendo aperfeiçoá-la, mas sem destruir seus fundamentos em função de pressões ou do atendimento dos desígnios de grupos minoritários.^{XLV}

Ao que tudo indica o projeto foi arquivado e tal proposta acabou sendo derrotada com a Constituição de 1988. Mas a leitura empreendida suscita um imaginário a respeito dos vínculos criados entre Estado e sindicatos. É evidente que regimes como o Estado Novo no Brasil de Getúlio

O TEMPO DAS GREVES EM SANTA CATARINA (1985-1995)

GEOVANNI ROCHA JUNIOR

Vargas procuraram interferir diretamente nas entidades associativas, afastando-as do controle de lideranças comunistas. Contudo, essa relação também ficou marcada pela agência dos trabalhadores, que não se comportaram de maneira pacífica e incorporaram noções de justiça e injustiça; e a partir disso apoderaram-se de formas peculiares de interpretar a realidade política e social na qual estavam inseridos.^{XLVI} É importante perceber como as projeções feitas pelo veículo impresso catarinense não ficam presas somente à desvinculação dos sindicatos em relação ao Estado, já que está presente o argumento que a sorte do novo regime democrático demandaria acabar com os “vícios paternalistas” e frear o impulso das greves — um dos poucos instrumentos que trabalhadores dispunham para mediar suas reivindicações. Portanto, era muito mais do que prover as bases para um sindicalismo autêntico e apartado da ingerência estatal, tratava-se de um indício incipiente que comprova o apoio irrestrito em tornar as leis de regulamentação do trabalho maleáveis.

A imprensa buscou definir o que era aceitável e o que era repreensível durante as mobilizações das classes trabalhadoras organizadas no decorrer das décadas de 1980 e 1990. Além do panorama estadual, o jornal *Diário Catarinense* fez projeções sobre os rumos do país para a Nova República; acabar com o “grevismo” e atualizar as relações de trabalho a um novo tempo foram dois elementos circunscritos ao enredo do periódico. Por seu turno, as classes trabalhadoras organizadas podem ser vistas como protagonistas no processo de redemocratização. A democratização brasileira suscitou disputas em torno dos sentidos a serem atribuídos ao que se passava e, conforme Américo Freire e Francisco Carlos Palomanes Martinho, “o problema que se colocava para os estudiosos dos anos 1980 e 1990, e que ainda perdura, é exatamente acerca das bases e do alcance desse pacto para a constituição de um regime ‘realmente democrático’ no país”.^{XLVII} Não resta dúvida que as lutas sociais configuraram aspectos políticos daquele período, em especial em torno das perdas salariais, constituindo-se em um motivo relevante para a mobilização de muitas categorias, mas é importante frisar que outras questões tiveram sua pertinência, como a pretensa estabilidade face às incertezas provocadas pelos percalços da política econômica do governo federal e as frustrações políticas da Nova República. Entre conflitos trabalhistas e projetos em disputa, encerrava-se a década de 1980 com eleições para a presidência da República após quase seis anos das *Diretas Já*. A década que se avizinhava conduziria as contradições gestadas no período anterior. Desse modo, as greves continuaram a aparecer nas manchetes dos jornais, em contrapartida a imprensa acompanhou importantes transformações nos mundos do trabalho com o aumento significativo do desemprego e a sintomática condição de trabalhadores entregues a informalidade, em alinhamento a vertente do chamado “novo capitalismo”.^{XLVIII}

A consolidação dos valores do “novo capitalismo” no *Diário Catarinense*

Uma rápida amostra retirada dos dados coletados no *DC* aponta que categorias como a dos metalúrgicos, dos mineiros, dos trabalhadores de empresas terceirizadas, dos bancários, dos funcionários da Eletrosul, dos funcionários da Comcap, dos funcionários da Telesc, dos professores universitários, dos trabalhadores da educação básica e dos empregados das empresas de transporte coletivo paralisaram suas atividades em Santa Catarina entre 1990 e 1995.

As informações acima não têm a pretensão de retratar a totalidade de greves publicadas no veículo de comunicação catarinense. É preciso advertir, antes de mais nada, que o quadro de categorias que entraram em greve está incompleto, mas, ainda assim, apresenta alguns indícios. Em sua maioria, entre 1990 e 1995, as greves foram debeladas por categorias vinculadas ao funcionalismo público ou de empresas públicas, como os servidores da Eletrosul, da Fundação Hospitalar e dos bancos. A abrangência das paralisações era predominantemente regional, nem por

O TEMPO DAS GREVES EM SANTA CATARINA (1985-1995)

GEOVANNI ROCHA JUNIOR

isso devemos reduzir a importância das organizações nacionais, como a greve dos petroleiros que ocorreu em 1995. O motivo para aglutinar as lutas, como esperado, deu-se por questões salariais. No entanto, há outros componentes envolvidos, como no caso dos mineiros de Criciúma, que almejavam garantir estabilidade para os trabalhadores enfermos. De igual modo, as trabalhadoras de limpeza terceirizadas, além dos problemas salariais, reclamavam desvio de função. A garantia de estabilidade também esteve presente nas reivindicações de algumas categorias, assim como o sucateamento das empresas públicas e privatizações propostas nas gestões de Fernando Collor e de Fernando Henrique Cardoso.

É importante frisar que na primeira metade da década de 1990 o termo “grevismo”, entendido como uma noção carregada de significados pejorativos para acomodar os conflitos trabalhistas, já estava consolidado no debate público catarinense. A palavra serviu como aporte para que os leitores dos jornais interpretassem a realidade social na qual estavam inseridos. Na rápida passagem de Collor pelo poder executivo a novidade da cobertura das greves ficou por conta da incorporação, expressa no editorial do *DC*, de uma crítica contundente à estabilidade dos servidores públicos. É interessante verificar os exemplos que indicam essa direção.

Em maio de 1991, por exemplo, a Central Única dos Trabalhadores convocou uma greve geral, porém a repercussão do ato na capital de Santa Catarina não foi nem um pouco positiva. Segundo a linha de opinião do *DC*, o movimento pretendia “paralisar o Brasil em nome de uma cantilena de slogans político-sindicalistas”, o que seria inadequado já que o país enfrentava uma forte recessão e a inflação fugia do controle. A linha editorial do jornal argumentava que a população repudiava “o grevismo” dos “segmentos funcionais” detentores da “garantia de emprego por pertencerem a quadros públicos”. Além disso, o texto dizia que a greve tentava “encobrir a crescente distância entre algumas lideranças sindicais e a própria sociedade”, ou seja, um servidor pública seria um privilegiado.^{XLIX} Na edição seguinte do jornal, as imagens ilustraram a violência policial imposta aos participantes do movimento. No dia da manifestação, por volta das 11 horas, as forças de segurança “partiram para cima dos cerca de 1 mil manifestantes distribuindo cacetadas entre os trabalhadores, professores universitários, estudantes, mulheres e até crianças de colo”. O episódio de violência teve início quando os grevistas tentaram bloquear a saída de ônibus no Terminal Cidade de Florianópolis, nas proximidades da Praça XV de Novembro. O presidente do sindicato dos bancários, Vânio dos Santos, em uma fala um tanto inflamada, disse o seguinte: “teve populares, que nem participavam da manifestação, dispostos a irem em casa buscar armas para utilizar contra a polícia, tamanha era a revolta com a atuação repressiva desencadeada”.^L Nas ruas as opiniões das pessoas se dividiam entre apoiar ou não a greve. O vigia noturno aposentado, Manoel Martins, afirmou: “para mim não faz diferença fazer ou não greve. Não me interessa por isso. Já sou aposentado e só me preocupa essa confusão”. Já a professora Miriam Santos era favorável aos manifestantes porque acreditava que o povo deveria “mostrar aos políticos o que” estava “precisando”. O vendedor de loteria, Walmir Silva, condenava o movimento: “essa greve é uma pouca vergonha. É uma cambada de vagabundos que sai às ruas só para quebrar tudo. Não passam de um bando de cretinos”. A vendedora Angela Picklen relatou ser a favor dos grevistas, porém não se via representada nas reclamações do movimento, pois como funcionária comissionada de uma empresa dependia das próprias vendas para atingir um salário razoável no fim do mês. Por último, o doleiro Wilmar Bion justificou seu apoio: “sou a favor da paralisação porque o trabalhador está sendo muito sacrificado. O povo tem que gritar, sair às ruas, fazer barulho, fazer pressão e mostrar força”.^{LI} O relato dos populares reforça as ideias que estavam em disputa naquele instante, enquanto alguns recorriam a um repertório muito próximo do discurso difundido pela linha de opinião de um segmento da imprensa local, outras pessoas, mesmo não se identificando com as diretrizes do protesto, apoiavam os grevistas.

O TEMPO DAS GREVES EM SANTA CATARINA (1985-1995)

GEOVANNI ROCHA JUNIOR

O comando de greve aprovou a paralisação “apesar de todo clima de repressão imposto pelas autoridades, principalmente em Florianópolis e em Joinville, onde várias pessoas foram presas e espancadas pela Polícia Militar”.^{LII} Nos meses seguintes, as notícias confirmaram o desencadeamento de muitas ações paredistas que foram capazes de pressionar a classe política e os donos do dinheiro de Santa Catarina. A Florianópolis do início da década de 1990 parecia ser uma cidade progressista na qual os conflitos emergiam e criavam obstáculos ao poder público. Em momentos significativos, as autoridades ficaram de mãos atadas sem ter resposta para fornecer à sociedade.^{LIII} Enquanto isso, o jornal *DC* criou um repertório próprio a fim de acomodar as disputas em curso. Somava-se à ideia do “grevismo” a expressão “sindicalismo xiita” para responsabilizar os culpados pela onda de paralisações que assolava o Brasil no governo Collor. Sem sombra de dúvidas, estavam associados ao termo a atuação do funcionalismo público em conjunto com a CUT. Segundo o veículo de comunicação catarinense, “o vírus do grevismo” encontrava “seu melhor ambiente quando o Estado e as estatais” eram “os empregadores”.^{LIV} Em editorial, os patrocinadores do mercado e da livre iniciativa defendiam o “fim da estabilidade do servidor público” com a apresentação e a distorção de dados empíricos. Recorrendo aos estudos do sociólogo da Unicamp, Eduardo Noronha, autor que já citamos neste artigo, o jornal dizia que “em 1978, de um total de 141 mil trabalhadores que cruzaram os braços, apenas 18,9% eram servidores do poder público”, porém, “dez anos depois, em 1988, o percentual aumentou para 75,9% e o número de grevistas subiu para 8,2 milhões de trabalhadores”.^{LV} O ataque virulento ao funcionalismo público tinha como efeito, perante a sociedade, deslegitimar as reivindicações e criar um clima de repulsa contra o esses setores.

No início da década de 1990, longevias greves afetaram diretamente o funcionamento de serviços prestados aos cidadãos catarinenses. Em setembro de 1991, uma pesquisa realizada pelo Ibope revelou que “67% dos 1.200 entrevistados não” concordavam “com a paralisação em serviços considerados essenciais”, apenas 31% se mostravam favoráveis às greves nas áreas da saúde e educação. Sobre o desconto dos dias parados, 60% dos ouvidos aprovavam tal medida, enquanto 31% reprovavam. A presidente do Sindicato dos professores estaduais, SINTE, Rita de Cássia Gonçalves, questionou o método da pesquisa. As perguntas, segundo ela, deveriam ser diferentes, como “se a população concorda que um professor trabalhe por Cr\$ 50 ou 60 mil; se aceita que as escolas públicas continuem funcionando como estão; se aprova o apoio político que o governador Kleinübing está dando ao presidente Collor, e se concorda com a falta de professores ou que um secretário receba duplas gratificações”.^{LVI} Em 1991, o magistério estadual ficou 64 dias em greve. Em 1993, a decisão em assembleia encaminhou uma nova paralisação da categoria na qual por volta de 50 mil professores catarinenses pediam a “definição de uma política salarial”.^{LVII} Anteriormente, em 16 de fevereiro de 1992, encerrava-se a greve da Fundação Hospitalar que “durou 35 dias e foi a mais longa do setor no Estado”.^{LVIII} Para estes exemplos, a imprensa tratou de ressaltar os prejuízos causados ao restante da população devido às paralisações, porém os movimentos contaram com a coesão interna e conseguiram permanecer, por longos dias, de braços cruzados em busca de suas diligências.

Em certo momento da década de 1990, os problemas transcenderam o desenrolar dos conflitos trabalhistas. O conturbado governo de Collor caiu em descrédito e se mostrou incapaz de colocar em prática alguns pontos mínimos do projeto da livre iniciativa privada. A vitória eleitoral de Fernando Henrique Cardoso, nas eleições de 1994, significou para os adeptos da ideia “de menos Estado e mais mercado” uma nova possibilidade para atingir seus anseios. Tratava-se, portanto, de consolidar os valores do “novo capitalismo” no Brasil.

Considerações finais

O TEMPO DAS GREVES EM SANTA CATARINA (1985-1995)

GEOVANNI ROCHA JUNIOR

Este artigo é resultado de uma investigação de caráter historiográfico que tentou apresentar por meio de um jornal impresso de Santa Catarina as representações acerca dos mundos do trabalho no decorrer das décadas de 1980 e 1990 — daí que as análises estejam conscientemente situadas no âmbito da dinâmica estadual. É possível afirmar que no caso averiguado a imprensa atuou no sentido de ordenar as variáveis das relações de trabalho de acordo com um projeto voltado para o protagonismo da livre iniciativa, que rechaçava a participação do Estado na condução da política econômica. Esse enredo ganhou maior consistência durante o período de transição do regime militar para a Nova República. A documentação analisada permite reiterar que as empresas de jornalismo, principalmente o *Diário Catarinense*, participaram da construção de uma lógica narrativa que definiu o que seriam cenários e possibilidades para o mundo do trabalho em um momento de ascensão das lutas sociais, procurando delimitar o alcance dos conflitos trabalhistas constituindo fronteiras para o que seriam as formas legítimas de protesto popular e mecanismos de ação sindical que ganharam forma durante os anos de 1980 e de 1990. Como parte integrante dessa narrativa, havia a afirmação de uma lógica segundo a qual a democracia política deveria resultar da liberdade de iniciativa econômica e do livre mercado.

Uma das tensões fundamentais do recente processo brasileiro de construção de um regime político democrático está assentada na disputa de projetos sociais distintos, principalmente entre aqueles que, por um lado, apontam para uma sociedade de direitos e que demanda a presença mais incisiva do poder público na resolução de conflitos em uma sociedade marcada por desigualdades sociais extremas, em contraposição aos que há décadas buscam a flexibilização de direitos sociais e trabalhistas e a restrição da esfera pública de disputas sociais ao mercado.

O entendimento, ainda que de forma provisória, do recorte temporal proposto, ajuda a compreender um pouco melhor algumas das questões que estão colocadas na atualidade, especialmente, no caso brasileiro, sobre os ajustes firmados pela reforma trabalhista de 2017. A incursão em fontes documentais recentes pode caracterizar a contribuição do historiador aos debates que rondam a sociedade, a História enquanto campo de conhecimento fornece auxílio nesse sentido.

^I Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGH/UDESC). Este texto foi produzido com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES. E-mail: geovanni.rochajr@gmail.com

^{II} PEREIRA, Moacir. **Imprensa e Poder: a comunicação em Santa Catarina**. Florianópolis: Lunardelli: FCC Edições, 1992, p. 128.

^{III} Ibidem.

^{IV} GOLEMBIEWSKI, Carlos. **A RBS em Santa Catarina: preferência política e concentração de mídias**. Comunicarte, v. NR.36, p. 35-44, 2008.

^V GIOVANAZ, Daniel Piassa. **Da conquista do canal 12 à do jornal A Notícia: as articulações políticas que consolidaram o oligopólio da RBS em Santa Catarina**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2015. 289 p. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015, p. 44.

^{VI} VALENTE, Cesar. Petrelli conta (quase) tudo. In: <http://www.deolhonacapital.com.br/2012/06/28/petrelli-conta-quase-tudo/> Acesso: 30 de junho de 2019.

^{VII} GIOVANAZ, Daniel Piassa. Op. cit., p. 47-48.

^{VIII} Ibidem, p. 92.

^{IX} FREIRE, Izaías de Souza. **Ecos de democratização: uma análise das vozes do processo de transição do regime militar em Joinville**. Florianópolis: UDESC, 2015. 258 f. Dissertação (Mestrado em História) - PPGH/FAED/ UDESC, Florianópolis, 2015.

^X LIDEN, Marcel van der. **Trabalhadores do mundo: Ensaios para uma história global do trabalho**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013, p. 220.

^{XI} Ibidem, p. 225.

^{XII} NORONHA, Eduardo. A explosão das greves na década de 80. In.: JUNIOR, Armando Boito (Org.). **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 120.

O TEMPO DAS GREVES EM SANTA CATARINA (1985-1995)

GEOVANNI ROCHA JUNIOR

- ^{xiii} Ibidem, p. 96.
- ^{xiv} NORONHA, Eduardo G. **Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007**. Lua Nova, São Paulo, 76: pág. 119-168, 2009, p. 120.
- ^{xv} Estas informações estão em: NORONHA, Eduardo G. **Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007**. Lua Nova, São Paulo, 76: pág. 119-168, 2009.
- ^{xvi} *Diário Catarinense*. Florianópolis, 16 de maio de 1986, p. 3.
- ^{xvii} Ibidem.
- ^{xviii} *Diário Catarinense*. Florianópolis, 21 de maio de 1986, p. 3.
- ^{xix} Ibidem.
- ^{xx} *Diário Catarinense*. Florianópolis, 24 de maio de 1986, p. 3.
- ^{xxi} *Diário Catarinense*. Florianópolis, 13 de maio de 1987, p. 3.
- ^{xxii} *Diário Catarinense*. Florianópolis, 23 de maio de 1987, p. 3.
- ^{xxiii} *Diário Catarinense*. Florianópolis, 13 de maio de 1986, p. 5, e *Diário Catarinense*. Florianópolis, 21 de outubro de 1988, p. 9.
- ^{xxiv} *Diário Catarinense*. Florianópolis, 12 de dezembro de 1986, p. 4.
- ^{xxv} *Diário Catarinense*. Florianópolis, 25 de maio de 1987, p. 3.
- ^{xxvi} Aqui existe uma contradição: o governador Pedro Ivo Campos desmentiu a afirmativa de ter partido do Palácio a ordem para reprimir a manifestação. No entanto, o agente responsável pelo policiamento confirmou que a ordem veio do Palácio.
- ^{xxvii} *Diário Catarinense*. Florianópolis, 27 de maio de 1987, p. 9.
- ^{xxviii} *Diário Catarinense*. Florianópolis, 12 de junho de 1987, p. 10.
- ^{xxix} *Diário Catarinense*. Florianópolis, 13 de junho de 1987, p. 4.
- ^{xxx} *Diário Catarinense*. Florianópolis, 1 de julho de 1987, p. 10.
- ^{xxxi} *Diário Catarinense*. Florianópolis, 18 de julho de 1987, p. 8.
- ^{xxxii} *Diário Catarinense*. Florianópolis, 18 de junho de 1987, p. 8.
- ^{xxxiii} *Diário Catarinense*. Florianópolis, 14 de março de 1989, p. 20.
- ^{xxxiv} JINKINGS, Isabella. **Reestruturação Produtiva e Emprego na Indústria Têxtil Catarinense**. Florianópolis: UFSC, 2002. 112 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – PPGSP, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002. p. 39.
- ^{xxxv} Ibidem, p. 2-5.
- ^{xxxvi} *Diário Catarinense*. Florianópolis, 14 de março de 1989, p. 24.
- ^{xxxvii} *Diário Catarinense*. Florianópolis, 18 de março de 1989, p. 21.
- ^{xxxviii} É importante destacar que outras duas categorias estavam em greve na cidade de Blumenau concomitantemente ao movimento liderado pelos trabalhadores das indústrias têxteis, os metalúrgicos e os cristaleiros.
- ^{xxxix} *Diário Catarinense*. Florianópolis, 22 de março de 1989, p. 20.
- ^{xl} NORONHA, Eduardo. Op. cit., p. 124.
- ^{xli} *Diário Catarinense*. Florianópolis, 22 de março de 1989, p. 4.
- ^{xlii} Com exceção da greve do funcionalismo público de 1987.
- ^{xliii} Segundo André Singer, nas eleições de 1989 há indícios de que boa parte das camadas mais pobres do eleitorado brasileiro votou na candidatura de Fernando Collor. Segundo o autor, “a vitória de Collor não decorria apenas de promessas fáceis. Havia uma hostilidade às greves, cuja onda ascensional se prolongou desde 1978 até as vésperas da primeira eleição direta para presidente, e da qual Lula era, então, o símbolo maior”. SINGER, André. **Raízes sociais e ideológicas do lulismo**. Novos Estudos CEBRAP (Impresso), v. 85, p. 83-99, 2009, p. 87. É fato notório, portanto, o papel da imprensa nesse processo.
- ^{xliv} HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- ^{xlv} *Diário Catarinense*. Florianópolis, 23 de junho de 1987, p. 4.
- ^{xlvi} Há uma bibliografia consistente que avalia os limites da CLT e a agência dos trabalhadores no período dos governos Vargas, para isso ver: FERREIRA, Jorge. **Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular**. Rio de Janeiro: FGV, 1997. FERREIRA, Jorge. **O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. FRENCH, John. **Afogados em lei: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros**. São Paulo: Ática, 2001.
- ^{xlvii} FREIRE, Américo Oscar Guichard; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. Lembrar abril: as historiografias brasileira e portuguesa e o problema da transição para a democracia. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, v. 5, n. 10, p. 124-145, 2012.
- ^{xlviii} SENNETT, Richard. **A cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- ^{xlix} *Diário Catarinense*. Florianópolis, 22 de maio de 1991, p. 4.

O TEMPO DAS GREVES EM SANTA CATARINA (1985-1995)

GEOVANNI ROCHA JUNIOR

^L *Diário Catarinense*. Florianópolis, 23 de maio de 1991, p. 24.

^{LI} *Diário Catarinense*. Florianópolis, 23 de maio de 1991, p. 29.

^{LII} *Diário Catarinense*. Florianópolis, 24 de maio de 1991, p. 24.

^{LIII} Em 1993, inclusive, tomou posse na capital o prefeito Sérgio Grando, eleito pelo Partido Popular Socialista (PPS).

^{LIV} *Diário Catarinense*. Florianópolis, 12 de setembro de 1991, p. 3.

^{LV} *Diário Catarinense*. Florianópolis, 14 de setembro de 1991, p. 3.

^{LVI} *Diário Catarinense*. Florianópolis, 19 de setembro de 1991, p. 24.

^{LVII} *Diário Catarinense*. Florianópolis, 6 de agosto de 1993, p. 26.

^{LVIII} *Diário Catarinense*. Florianópolis, 16 de fevereiro de 1992, p. 30.

Referências

FERREIRA, Jorge. **O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FERREIRA, Jorge. **Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

FREIRE, Américo Oscar Guichard; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. Lembrar abril: as historiografias brasileira e portuguesa e o problema da transição para a democracia. **História da Historiografia**: International Journal of Theory and History of Historiography, v. 5, n. 10, p. 124-145, 2012.

FREIRE, Izaias de Souza. **Ecossistema de democratização: uma análise das vozes do processo de transição do regime militar em Joinville**. Florianópolis: UDESC, 2015. 258 f. Dissertação (Mestrado em História) - PPGH/FAED/ UDESC, Florianópolis, 2015.

FRENCH, John. **Afogados em lei: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros**. São Paulo: Ática, 2001.

GIOVANAZ, Daniel Piassa. **Da conquista do canal 12 à do jornal A Notícia: as articulações políticas que consolidaram o oligopólio da RBS em Santa Catarina**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2015. 289 p. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

GOLEMBIEWSKI, Carlos. **A RBS em Santa Catarina: preferência política e concentração de mídias**. Comunicarte, v. NR.36, p. 35-44, 2008.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

JINKINGS, Isabella. **Reestruturação Produtiva e Emprego na Indústria Têxtil Catarinense**. Florianópolis: UFSC, 2002. 112 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – PPGSP, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

LIDEN, Marcel van der. **Trabalhadores do mundo: Ensaio para uma história global do trabalho**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

O TEMPO DAS GREVES EM SANTA CATARINA (1985-1995)

GEOVANNI ROCHA JUNIOR

NORONHA, Eduardo. A explosão das greves na década de 80. In.: JUNIOR, Armando Boito (Org.). **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

NORONHA, Eduardo. **Ciclo de greves, transição política e estabilização**: Brasil, 1978-2007. Lua Nova, São Paulo, 76: pág. 119-168, 2009.

PEREIRA, Moacir. **Imprensa e Poder**: a comunicação em Santa Catarina. Florianópolis: Lunardelli: FCC Edições, 1992.

SENNETT, Richard. **A cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SINGER, André. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. **Novos Estudos CEBRAP** (Impresso), v. 85, p. 83-99, 2009.

VALENTE, Cesar. Petrelli conta (quase) tudo. **De olho na capital**: o blog do Cesar Valente. In: <http://www.deolhonacapital.com.br/2012/06/28/petrelli-conta-quase-tudo/> Acesso: 30 de junho de 2019.